

## **129 - EDUCAÇÃO, CIDADANIA E GÉNERO EM ANGOLA: ENTRE A TRADIÇÃO, OS DIREITOS HUMANOS E OS ODM**

**Eugénio Alves da Silva**

Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga

esilva@iep.uminho.pt

### **Resumo**

A educação está consagrada como direito na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República de Angola. No entanto, entre a população escolar, regista-se disparidade na frequência do ensino primário entre rapazes e raparigas, devendo-se a factores como: pobreza, escassez de escolas nas zonas rurais e questões culturais. Os valores culturais tradicionais relativos ao papel da mulher (em contextos rurais) consubstanciam processos de afastamento e secundarização das mulheres levando a que muitas raparigas ou não frequentam ou abandonam precocemente a escola. Assim, fazem sentido os objectivos 2 e 3 dos ODM, a concretizar até 2015, no sentido do resgate da condição de cidadania das mulheres rurais.

**Palavras-chave:** hegemonia cultural; cultura urbana e rural; tradição cultural; cidadania democrática; igualdade de género.

## Introdução

Abordar a educação tradicional em Angola é um desafio complexo não só porque o assunto é escassamente tratado mas também porque se assume que a educação em regime democrático, por si só, gera as condições de igualdade e dignidade entre os cidadãos. Por tabu, convicção ou preconceito, a educação tradicional em Angola não tem sido suficientemente valorizada do ponto de vista da construção da cidadania angolana. A compreensão da realidade educativa nacional obriga a considerar a interacção dialéctica entre o moderno e o tradicional, ou seja, o papel e a importância da educação escolar oficial e da educação tradicional de natureza comunitária.

Existindo antes da implantação da educação estatal, durante a colonização, a Educação Tradicional em África (ETA) foi sendo relegada para segundo plano sob o argumento de que constituía um impedimento à construção de uma mentalidade nacional moderna quando, na verdade, se pretendia erradicá-la por representar uma forma de enraizamento da cultura local, de preservação identitária e de resistência cultural à penetração do colonialismo.

Sendo actualmente criticável a discriminação de género inerente à ETA, é preciso não ignorar o seu potencial educativo no que se refere ao resgate e manutenção daqueles valores que conferem a identidade dos angolanos enquanto *bantu* e que se foram desestruturando em resultado da prolongada guerra que o país viveu. A actual situação social do país, marcada por desigualdades sociais e pela pobreza, tem contribuído para a perda de valores essenciais à convivência social e ao desenvolvimento. Por isso, a aposta numa educação intermulticultural surge como a chave para a edificação de uma cidadania democrática assente nos valores da igualdade, fraternidade, solidariedade, respeito, etc., rumo a uma sociedade mais justa.

Esta análise toma como referência o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que propugna que “Toda a pessoa tem direito à educação. [...] A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais...”, os pressupostos da Lei de Bases da Educação que refere no seu preâmbulo “a vontade de realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos ...” e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas, cujo 2º objectivo é o de “Alcançar o ensino primário universal e garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário” defendendo no 3º objectivo “a promoção da igualdade de género e o ‘empoderamento’ das mulheres, eliminando a disparidade de género em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015”. O quadro que se segue revela o estado de concretização desses objectivos em Angola, indicando que muito há a fazer no domínio da igualdade de género.

**Figura 1. Estado da concretização dos 2 ODM em ANGOLA**

	Nível actual de realização			Probabilidade de cumprimento			Adequação das políticas		
	Elevado	Moderado	Fraco	Elevada	Moderada	Fraca	Elevada	Moderada	Fraca
1. Erradicar a pobreza extrema e a fome									
2. Alcançar o ensino primário universal									
3. Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres									

**Fonte:** Governo de Angola e PNUD (2005). Angola - Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005. Luanda, p. 8

Nesta base, tentarei situar criticamente a ETA no contexto da evolução democrática da sociedade angolana e das políticas educativas e culturais num país como Angola, caracterizado por uma grande diversidade cultural e por diferenças de desenvolvimento social entre o mundo urbano e o rural. A questão que se coloca à partida é a de saber como conciliar os valores e princípios da educação democrática promovida pelo Estado angolano e as práticas da educação tradicional que ocorrem principalmente no meio rural e que se fundam em perspectivas culturais nem sempre compagináveis com a dignidade humana.

Em última instância, trata-se de questionar como se pode, no âmbito das políticas educativas, culturais e de promoção da mulher, garantir a igualdade de género na sociedade angolana e na educação em particular tendo em conta o desiderato de dignificação da mulher angolana enquanto agente de desenvolvimento.

## 1. A construção social do género e a educação

A compreensão das questões da construção social do género em contexto rural em Angola implica abordar alguns aspectos ligados a:

### Características socioculturais do meio rural

O meio rural em Angola, país de grande extensão territorial e baixa densidade populacional, pode ser caracterizado, em linhas gerais, por:

## X Congresso

- modo de vida simples, à margem das tecnologias e do mundo letrado;
- as povoações estão dispersas, isoladas, com limitadas condições básicas de vida;
- escassez de recursos, elevados índices de pobreza (68%);
- índices de analfabetismo na ordem de 46% para os homens e 66% para as mulheres;
- apenas 31% da população rural tem acesso a fontes de água potável;
- tradições culturais arraigadas e preservação da identidade cultural;
- valorização dos ritos de passagem à idade adulta (para ambos os sexos);
- comunidade regida pelas lógicas da gerontocracia (poder dos anciãos);
- isolamento e algum fechamento à influência externa - tendência ao conservadorismo;
- representações sobre a mulher ligadas ao casamento, à maternidade, ao lar e à educação dos filhos. Assim, a honra da mulher depende do modo como ela honra a sua família. Valoriza-se a sua função de educadora expressa no provérbio que afirma que “se se quer educar um homem, eduque-se a criança, se se quer educar uma aldeia, eduque-se a mulher”.

### Valores tradicionais da cultura *bantu*

A cultura *bantu* representa a marca específica das populações da África negra e tem grande influência na vida comunitária em Angola, em particular no contexto rural, ainda preservado da influência cultural resultante da colonização, da modernização e da globalização. No geral, é caracterizada por:

- patriarcado e gerontocracia: prevalência do poder dos homens e dos anciãos; estes são considerados fonte normativa da vida da comunidade;
- papel secundário da mulher nas sociedades patriarcais: a mulher serve o homem e tem influência apenas no contexto privado;
- função relevante da mulher como esposa, mãe e educadora, sendo rainha no espaço doméstico;
- os jovens de ambos os sexos são sujeitos a rituais de passagem à vida adulta (daí que as raparigas abandonam a escola por largos períodos e, por vezes, não regressam);
- casamento precoce das raparigas uma vez que a sua realização como pessoas depende disso. Tal facto impede a conclusão da escolaridade obrigatória;
- endoculturação forte com mecanismos sociais de controlo, no sentido de preservar as tradições culturais, os papéis sexuais e a estabilidade da comunidade;
- a mulher deve honrar a família de origem, aceitando o que lhe for imposto, incluindo o casamento, e enquanto casada, deve dignificar o “nome e a imagem do esposo”;

**X Congresso**

- representações sobre a mulher associadas à maternidade e aos papéis de mãe e esposa: deve servir o homem e a comunidade; deve educar os filhos (casa-se cedo, tem muitos filhos, ocupa-se vida doméstica incluindo a lavoura), sujeita-se aos “caprichos dos homens”, afastada da sua família originária - pertence à família do marido;

- representações sobre a escola oficial: inútil, sem mais-valias, a não ser para os rapazes, como garantia do seu futuro laboral; a escola opera à margem dos valores culturais da comunidade, nem sequer valoriza a língua materna *bantu* - é encarada como elemento estranho. Significa ameaça ao *statu quo* cultural, na medida em que pode questionar as práticas culturais e confrontá-las com outras mais congruentes com a dignidade humana, levando a mudanças comportamentais. Deste modo, a escola é encarada como factor de perversão da tradição.

**Aspectos demográficos e socioeconómicos**

Dados estatísticos referem que existem em Angola cerca de 16,1 milhões de habitantes, dos quais 46,7% são constituídos por população rural. A estrutura etária revela que a população com idade inferior a 15 anos representa 46,4%; que os menores de 25 anos constituem 65% da população e que apenas existem 2,4% com mais de 65 anos. Daqui se depreende que é uma população muito jovem. No entanto, outros indicadores expressam a realidade própria de países em vias de desenvolvimento como a esperança de vida que é de 40 anos para os homens e de 43 anos para as mulheres. Os índices de mortalidade materna registam 1700 casos por 100 mil nados-vivos e a mortalidade infantil cifra-se na ordem dos 134/100 mil; a taxa de fertilidade é de 6,8 filhos por mulher.

Neste contexto, a mulher é a principal vítima da pobreza: tem de acarretar água, realizar o trabalho da lavoura para o sustento da família, gerir o lar, o que é desgastante; quando adoece tem dificuldade de acesso às estruturas médico-sanitárias. Dados do UNICEF (2005) referem que as mulheres nos países menos desenvolvidos têm 300 vezes mais probabilidades de morrer no parto ou devido a complicações associadas à gravidez do que nos países ricos (<http://www.pambazuka.org>).

O meio rural em Angola apresenta as seguintes características socioeconómicas:

- principais actividades económicas: agricultura de subsistência e pecuária
- índices de pobreza elevados: 68% dos quais 26% de pobreza extrema. Esta afecta mais as mulheres e as crianças, considerados grupos mais vulneráveis;
- limitada capacidade financeira das famílias quanto ao acesso à educação (incapacidade de suportar os custos de livros e material escolar); deste modo, as crianças são necessárias em casa para ajudar a gerar rendimentos.

**Aspectos educacionais**

No meio rural constata-se o seguinte:

- alfabetização de adultos: 67% para homens e 65% para mulheres;
- taxa de escolarização: primária - 54% H e 46% M; Secundária - 20,6% H e 17,6% M;
- desigualdade de género: primária: rácio 0,46; secundária: 0,78; superior: 0,66;
- educação é realizada segundo um currículo nacional único, aplicável em todo o território;
- existência de muitos professores imprevistos, isolados e desamparados;
- orientações oficiais do ministério chegam tarde às zonas isoladas;
- insuficiências organizativas e infra-estruturais, tornam precárias as condições de ensino;
- estrutura da rede escolar deficitária e longas distâncias para a escola
- ensino realizado em língua portuguesa, o que interfere com a aprendizagem das crianças cuja língua materna é uma língua *bantu*;

A educação tradicional no meio rural coexiste com a educação oficial e apresenta as seguintes características:

- espontânea, informal, por imitação, comunitária e diferenciada por género;
- ligada às situações da vida e aos papéis sexuais e sociais futuros;
- visa preservar a identidade cultural e capacitar para a vida social/comunitária;
- inclui rituais de passagem à vida adulta;
- promovida pelos adultos, de tal forma que faz sentido o provérbio que refere que “para educar uma criança é preciso toda uma aldeia”.

Esta coexistência nem sempre é pacífica na medida em que não existem mecanismos de mediação e diálogo no sentido de potenciar o que é vantajoso para a educação das crianças e jovens tendo em conta os objectivos de desenvolvimento do milénio. A compreensão dos processos de aculturação no meio rural sob consideração do confronto cultural urbano-rural, pode gerar-se convocando as teorias da hegemonia cultural e da prisão psíquica.



## 2. Hegemonia cultural e conformidade

Sendo a cultura um “conjunto complexo que inclui conhecimentos, crença, arte, moral, lei, costumes, e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor, *ap.* Lévi-Stauss, 1985:397) ela inclui toda a conduta social impregnada de significado, isto é, um modo de vida colectivamente partilhado e interiorizado pelos membros da comunidade. Assim se compreende que o comportamento social no interior de uma comunidade seja regulado pelos elementos da cultura em relação aos quais os sujeitos constroem o seu sentido de identidade. Cada comunidade desenvolve formas específicas de cultura mas, segundo Bhabha (1998), as várias formas de cultura estão, de certo modo, relacionadas pois a cultura é uma actividade significativa ou simbólica. A articulação entre culturas é possível não apenas por causa da proximidade ou similaridade de aspectos, mas porque todas as culturas são formadoras de símbolos. Portanto, são práticas interpelantes com as quais os sujeitos constroem o significado da realidade. Isto significa admitir que não existem culturas puras, mas que algumas se abrem ou fecham ao diálogo com as outras.

O diálogo entre culturas, numa sociedade pluricultural como a angolana, torna-as permeáveis, viabilizando intercâmbios de que resultam alterações que afectam a sua estrutura de valores. Mas o relativo isolamento das comunidades rurais em Angola e a história da resistência à cultura do colonizador conduziram a que essas comunidades se fechassem sobre si próprias e desenvolvessem mecanismos de endoculturação com vista à preservação da sua identidade cultural. A vida comunitária passa a reger-se por esses padrões, confinando os sujeitos a práticas significantes mediante as quais geram o sentido de pertença comunitária e atribuem significado à sua *praxis*. A pressão social, a coerção e os rituais comunitários reforçam esta identidade, confinando os indivíduos aos padrões comportamentais vigentes.

A compreensão da força da tradição cultural no meio rural em Angola, num contexto de diversidade cultural e de promoção da identidade cultural, decorre da consideração do lugar e do papel da cultura local enquanto elemento configurador da identidade e da especificidade dos grupos étnico-linguísticos que constituem o mosaico cultural angolano. A elucidação desse papel pode ser feita na base da noção de “cultura hegemónica” de Gramsci (1996) segundo a qual os valores culturais tradicionais se impõe sem discussão nem criticismo na convicção de que preservam a identidade e evitam a descaracterização cultural.

O isolamento do meio rural devido à escassez de meios de comunicação e ao seu próprio fechamento em relação as influências de fora, favorece o conservadorismo e a manutenção de uma cultura inalterável. Esta condição conduz a que comportamento individual e social tenha de se reger pela cultura à qual as pessoas se encontram “aprisionadas” na convicção de que isso é o melhor para si e para a comunidade. Qualquer comportamento à margem dos cânones da cultura é socialmente censurado com punições decretadas pelo “conselho dos anciãos”.

A comunidade rural enquanto sistema cultural impõe uma cultura, estabelecendo papéis, fornecendo hábitos e modos de pensamento e acção. Este sistema assume uma dimensão

**X Congresso**

simbólica com que se atribui sentido à vida social na base dos mitos unificadores que perduram na memória colectiva, daí surgindo a necessidade dos ritos de passagem e dos mecanismos de controlo social, a cargo dos mais velhos. Assim, a comunidade é entendida como realidade a interiorizar. Ao identificar-se com a cultura do grupo, os actores sociais encontram o sentido da vida e desenvolvem o sentimento de pertença. É no âmbito da cultura *bantu* que muitas práticas sociais são compreendidas e justificadas, particularmente as representações sobre o género, o lugar e papel social de homens e mulheres.

Qualquer espaço cultural torna-se, sob esta perspectiva, um espaço de partilha simbólica da cultura, cujos códigos permitem conferir significado aos eventos da vida e construir o sentido de pertença. Deste modo, a cultura exerce uma função hegemónica sobre a vida social, porque recusa valores ou práticas não previstas. De acordo com Gramsci (1996), a cultura é um meio persuasivo utilizado pelas elites (neste caso os “mais-velhos”) para promover o consentimento. Assim se garante a conformidade do comportamento e a respectiva atribuição de sentido no âmbito do qual os actores sociais são aceites como membros do grupo. A educação funciona aqui como principal mecanismo de conformização, condicionando o comportamento social dos membros da comunidade, ou seja, socializando-os face aos códigos de conduta.

A hegemonia cultural estabelece um complexo sistema de relações e mediações, visando o desenvolvimento e a concretização de um modo de conduta. Para Gramsci (1996) o conceito de hegemonia é concebido como influência e domínio, isto é, como conquista, através da persuasão e do consenso, actuando sobre o modo de pensar, o modo de conhecer e o modo de viver. A hegemonia constitui a capacidade de unificar padrões através da ideologia e de conservar unido um sistema social visando a orientação da vontade colectiva. É um processo que expressa a consciência e os valores organizados por significados específicos e dominantes. Em suma, a hegemonia de um grupo social equivale à cultura que esse grupo consegue generalizar e impor aos outros de forma incontornável.

A hegemonia inclui necessariamente uma distribuição específica de poder, de hierarquia e de influência pressupondo coerção sobre os oponentes, na base de um processo de violência simbólica uma vez que está sujeita à luta, à resistência e à confrontação. Por isso, quem a exerce, tem de a renovar continuamente, procurando neutralizar ou cooptar a oposição. A hegemonia cultural funciona para impedir qualquer resistência interna, o que gera condições para bloquear qualquer mudança na comunidade. No contexto rural angolano, relativamente preservado do contacto e da influência da cultura urbana, a hegemonia cultural, enquanto mecanismo através do qual os anciãos impõem a tradição, ajuda a reforçar a cultura dominante face ao confronto com a “cultura oficial” veiculada pela educação estatal e pela escola oficial.

É nesta lógica que se assiste no meio rural angolano à continuidade de processos socioculturais de preservação da tradição, visando educar os membros da comunidade e em particular as novas gerações nos cânones culturais do grupo, isto é, socializá-los no contexto dos valores culturais tradicionais nos quais se inscreve a construção social do género e respectivos papéis sociais. Nas comunidades rurais, apesar da presença e da acção da escola oficial, as



peçoas são socializados nos padrões culturais vigentes através dos ritos de passagem e de outros processos educativos que fazem deles membros de pleno direito da comunidade. Estes processos têm tal preponderância que a educação escolar nem sempre consegue contrabalançar.

### 3. Prisão psíquica

Os grupos sociais adoptam processos para promover a integração dos seus membros e entre esses figura a socialização. Esta opera-se geralmente no contexto da tradição recorrendo-se a mecanismos de imposição e controlo: o processo social funciona segundo regras e mecanismos que se impõem, são aceites e incontornáveis; os mais velhos aparecem como guardiões do património, dos usos e costumes, em função dos quais a *praxis* social ganha sentido. Cabe-lhes manter a tradição e assegurar os processos de transmissão da herança cultural segundo a qual se considera os actores sociais como membros da comunidade. Estes têm de agir de acordo com a tradição, sob pena de serem excluídos desta “cidadania comunitária”.

As representações simbólicas sobre os papéis sexuais, construídas no âmbito da socialização e enquanto expressão social da construção do género, desempenham enorme função social e regulam os comportamentos sociais. Recorrendo a processos de socialização, os actores tendem a gerar mitos racionalizadores para justificar os factos da vida e os comportamentos, passando a agir de acordo com regras estritas como se obedecessem a um *script*. Para Bhabha (1998) o processo de significação, de produção dos ícones e símbolos, de construção dos mitos e metáforas por meio dos quais a cultura é vivenciada e a vida social orientada, contém no seu interior uma espécie de limite auto-alienante. Todo o comportamento social passa a ser enquadrado e adquire sentido no contexto dessa partilha dos significados. Esta ideia é congruente com aquilo a que Morgan (1996) designou de “prisões psíquicas”.

As “prisões psíquicas” são armadilhas que os próprios actores criam, nas quais se tornam prisioneiras. Esses processos permeiam o modo de pensar e fazer das pessoas, determinando o seu comportamento. A metáfora da “prisão psíquica” retrata a forma como os sistemas sociais acabam sendo prisioneiros da sua própria forma de raciocínio. Para Morgan, os processos intrapsíquicos como emoções, sentimentos, interesses, etc., permeiam a vida organizacional cujo ambiente é impregnado por representações que acompanham as identidades individuais e sociais. O inconsciente dos membros da organização é mediado por categorias que perpassam a ordem social; estas categorias vão afectar a subjectividade humana e preencher o espaço organizacional, enquanto espaço de encontro de sujeitos que constroem consciente e inconscientemente a actividade humana, seguindo os seus desejos, mas também respondendo às determinações emanadas da ordem social.

Os indivíduos passam a estar aprisionados por formas de raciocínio naturalmente interiorizadas, em função dos quais realizam as suas acções. Fazem-no de tal forma que nem eles se apercebem. Cada membro da organização racionaliza os fenómenos, naturalizando-os de

**X Congresso**

forma que justifiquem o seu modo de viver. Assim, todos os fenómenos passam a ser explicados racionalmente a partir dos valores expressos, da realidade partilhada que é imposta. Qualquer elemento estranho que ponha em causa esta racionalidade é encarado como perigoso. É o que acontece em relação à escola oficial no meio rural angolano, vista com desconfiança por representar uma ameaça ao *statu quo*.

O meio rural em Angola é pouco permeável a influências culturais de fora, tornando-se tradicionalista. E porque precisa de se preservar, geram-se formas de operar que condicionam a vida das pessoas. Para isso contribuem os ritos de passagem em função dos quais a comunidade garante a construção e reprodução das representações acerca dos papéis sexuais, muito em particular o das mulheres. São estas que, face a estas representações, mais são afectadas na sua vida social e como cidadãs. A influência da tradição cultural neste meio é tão poderosa que a educação oficial mal consegue introduzir os valores da igualdade e da dignidade. E o mais grave é que as raparigas, aprisionadas na sua cultura, raras hipóteses têm de escapar a este destino.

**4. Educação Tradicional em África (ETA)**

Em África, o conhecimento era tradicionalmente transmitido às novas gerações através dos ritos de iniciação e das diferentes formas de educação tradicional. Esta transmissão foi alterada pela colonização que, com a superioridade tecnológica e ideológica, com os métodos e o ideal de vida próprios, tratou de impor o modo de vida europeu aos africanos. Para tal, foi necessário conhecer a tradição africana para poder agir no sentido de a alterar, como veio a acontecer.

A escola colonial, baseada na política educativa colonial, actuou no sentido de combater a escola tradicional africana e desprestigiar os detentores do conhecimento tradicional. Assim, por exemplo, muitos curandeiros foram presos como charlatães ou por exercício ilegal da medicina. Foi a época em que se impediu as crianças de falar a sua língua materna, visando afastá-las das influências tradicionais. Na época colonial, a transmissão iniciática que antes se fazia às claras e de uma maneira regular, teve de se remeter à clandestinidade. Pouco a pouco, a influência da educação colonial que combatia os valores culturais tradicionais fez com que os anciãos deixassem de ter em seu redor jovens capazes de assimilar os seus ensinamentos. A iniciação acabou por se confinar ao meio rural onde, hoje, essa prática sobrevive.

A colonização conduziu à descaracterização da cultura tradicional e a independência de muitos países africanos, baseada em ideologias marxistas ou modelos europeus, acabou por exercer pressão no sentido de a sociedade abraçar a modernidade, o que implicou um combate à tradição. Deste modo, muitas práticas tradicionais foram combatidas e quase erradicadas. As políticas culturais pouco valorizavam o tradicional ou não o contemplavam em matéria educativa. Actualmente, reconhecendo a importância do património cultural representado pela sabedoria popular e pelas práticas de educação tradicional, os governos africanos tentam adoptar e

implantar políticas culturais visando resgatar o capital de conhecimentos e de cultura acumulados nas aldeias para que não ocorra a perda do património cultural tradicional pois é sabido que, “nas sociedades tradicionais, quando morre um ancião, perde-se uma biblioteca” (Ba, 1972).

A preservação cultural deve-se, portanto, à Educação Tradicional em África (ETA) que, segundo Kita (2004), revela as seguintes características comuns:

a) Os modelos educativos são elaborados pelo próprio grupo contemplando princípios e regras, permitindo integrar elementos de fora;

b) Articulada à instrução, tem carácter global, sem compartimentação de disciplinas; a formação intelectual e cultural processa-se por meio da impregnação social; a educação manual e a educação intelectual têm o mesmo valor;

c) Realiza-se em todos os lugares e momentos, desde a intimidade familiar aos contextos públicos, permitindo que as aprendizagens se realizem no decorrer das práticas quotidianas;

d) Confunde-se com a vida comunitária, não havendo horários ou dias específicos; em alguns momentos os indivíduos devem cumprir certos rituais para aceder a novos estatutos sociais;

e) É da responsabilidade de toda a comunidade, embora os familiares mais próximos possuam maior responsabilidade;

f) É funcional, porque estabelece uma estreita relação entre as necessidades da comunidade e as do indivíduo, expressa principalmente pelo uso da linguagem popular;

g) Processa-se por via da experiência, aprendendo-se na acção e na participação nas actividades do grupo. As acções dos adultos servem de referência às crianças e jovens;

h) Promove a solidariedade entre os indivíduos e uma dupla integração, permitindo que o indivíduo se reconheça no grupo e na cultura, pois ele é a expressão particular da maneira de viver e pensar do grupo;

i) É um processo contínuo que toma o ser humano sob sua responsabilidade desde a infância à velhice.

As técnicas utilizadas são fundamentalmente a literatura oral, (contos, lendas e provérbios) as cenas da vida quotidiana, as canções, os ritos de iniciação e as artes.

## **5. Função social da mulher em África e representações sobre a mulher**

A urbanização da sociedade africana está a fazer emergir uma nova visão da mulher associada à sua capacidade de participar socialmente e de gerar rendimentos separados com relativa independência. Este facto pode conferir-lhe estatuto social ou relevância política anteriormente negados. Mas ainda assim, fruto da influência cultural ancestral, não se observa

**X Congresso**

uma verdadeira igualdade “democrática” entre géneros, estando cada um consciente do seu papel na sociedade, encarando-se a mulher ainda como “elemento supletivo”.

Nas sociedades rurais matriarcais, dependentes da agricultura praticada pelas mulheres, estas detinham grande prestígio. As mulheres africanas tradicionais, como responsáveis pela economia familiar, possuíam grande poder económico e influência política. O colonialismo trouxe perda de *status* da mulher com repercussões nos dias de hoje, registando-se actualmente tímidas reacções destas na tentativa de o restaurar. Elas não conseguem mais devido às imposições tradicionais que as remetem para segundo plano dadas as representações sociais prevalentes.

A cultura tradicional africana foi sendo alterada por introdução de elementos estranhos, decorrentes da colonização e, agora, da globalização cultural, produzindo-se a sua descaracterização. Essas alterações repercutiram-se nos vários domínios da vida social, mas a persistência dos rituais de iniciação, principalmente no meio rural, tem ajudado a reafirmar os valores culturais tradicionais, o que contribuiu para a preservação dos traços essenciais da identidade nacional, para a integração cultural e para a manutenção de alguma coesão social.

Na era colonial muitos rituais foram suprimidos pelas políticas coloniais e pela igreja católica na tentativa de aniquilar as culturas das comunidades, consideradas “atrasadas” ou atentatórias da moral cristã. Em consequência, as populações afastaram-se das missões religiosas, o que veio reforçar a preservação dos seus costumes e salvaguardar o estatuto da mulher africana, estatuto esse associado à sua condição de esposa e procriadora.

A resistência ao cristianismo e a insistência nas tradições tornaram os rituais num fenómeno cultural sólido no meio rural. A “resistência cultural” (Cabral, 1999) no meio rural contribuiu para a preservação das tradições, entre as quais os rituais iniciáticos a que os jovens de ambos os sexos têm de se submeter para adquirir o estatuto de adultos e o respeito da comunidade. A vivência desses rituais pressupõe a incorporação de novos comportamentos, pelo que se constituem como verdadeiras “escolas da vida”. Embora possam ser consideradas instâncias de veículo de valores, alguns desses rituais integram práticas que, à luz dos princípios da dignidade humana e da igualdade, podem ser consideradas indignas, merecendo, por isso, crítica e repúdio.

Na sociedade angolana vigoram algumas representações sociais sobre a mulher, construídas por referência a valores que permeiam o contexto urbano, mais influenciado por valores democráticos e o contexto rural, mais marcado pela tradição. Deste modo, é possível registar diferenças que se tornam visíveis e surgem expressas no quadro que se segue.

**Figura 2. Representações sobre a mulher em Angola**

MEIO RURAL	MEIO URBANO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valores culturais tradicionais limitativos da autonomia social da mulher</li> <li>- Manutenção dos ritos de passagem como forma de legitimar o papel social da mulher na comunidade</li> <li>- Diferenciação marcada de papéis sexuais reservando à mulher destaque no contexto doméstico</li> <li>- Educação como perda de tempo (não produtiva, não valoriza a tradição)</li> <li>- Acesso à escola dificultado (distâncias, escassez de recursos/equipamentos)</li> <li>- Representações sociais sobre a mulher: submissa, ao serviço do homem, mãe e doméstica</li> <li>- Dependência da mulher reforça o seu estatuto e credibilidade</li> <li>- Valor da mulher associado ao casamento e à maternidade</li> <li>- Lugar da mulher é em casa, por isso não precisa da escola para nada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valores culturais sincréticos (liberais) favoráveis à expressão da liberdade</li> <li>- Os ritos têm sido paulatinamente abandonados por influência do modo de vida urbano</li> <li>- Reconhecimento da igualdade de género e diluição de papéis, favorecendo a expressão da igualdade</li> <li>- Educação/escolarização como factor de mobilidade e afirmação social</li> <li>- Acesso à escola facilitado, embora possam persistir dificuldades económicas</li> <li>- Representações sobre a mulher: igual em direitos, activa (negócios) participante da renda familiar</li> <li>- Autonomia da mulher é viável devido à participação na criação de rendimento</li> <li>- A mulher afirma o seu valor por mérito próprio e conquista o seu espaço social</li> <li>- Escolarização da mulher é importante como factor de afirmação social e de emancipação</li> </ul>

## 6. Cidadania da mulher rural em Angola

No meio rural, a condição de mulher é conquistada mediante os ritos iniciáticos. Nestes ela prepara-se para assumir os papéis de esposa e mãe, de gestora do lar e da vida familiar. Portanto, a construção social do género feminino reporta-se a valores culturais que diminuem a mulher enquanto actor social e pessoa, na medida em que restringem a sua participação social ao contexto doméstico. Estamos perante uma “cidadania mitigada” já que a mulher acaba por não ter expressão social. A submissão da mulher rural a rituais de passagem à vida adulta e a preceitos culturais tradicionais que não se coadunam com os princípios democráticos da igualdade de direitos e da dignidade contribui para que ela não aceda plenamente à cidadania social, restringindo-se as suas oportunidades de intervenção como membro da comunidade. Neste contexto, não se estimula a escolarização das raparigas já que o seu destino é traçado em função dos interesses masculinos e tendo como horizonte o lar.

Se a cidadania pressupõe o gozo pleno dos direitos cívicos e a assunção da pessoa como ser socialmente comprometido com o projecto colectivo, implicando intervenção social, então

isso não se aplica à mulher angolana rural que vê cerceadas as suas oportunidades de participação social. Daí que qualquer corrente que defenda concepções de cidadania reportadas a valores e práticas culturais particulares, que condicione os direitos cívicos de quem quer que seja, não pode ter acolhimento porque a cidadania, enquanto património de todos, não se restringe a interesses de grupos ou comunidades que não partilham, entre os valores democráticos, os da igualdade de direitos e respeito pela dignidade humana.

O papel da educação estatal consiste em promover os princípios e valores associados à cidadania democrática reportados ao interesse nacional pelo que esta deve ter um lugar central na vida da comunidade, articulando-se necessariamente com as práticas educativas tradicionais que fornecem os valores que provêm do berço. Esta educação oficial decorrerá na escola e na comunidade através de processos de animação socioeducativa e cultural, sendo necessários agentes educativos como professores e animadores.

## 7. Desafios das políticas sociais angolanas

A situação de subalternidade que a mulher rural angolana vive pode ser contrariada mediante a adopção de políticas tendentes à sua valorização como ser social e cidadã. Portanto, estamos perante desafios que devem ser encarados numa perspectiva de promoção da igualdade de género mas, acima de tudo de dignificação da mulher angolana. Entre essas políticas pode-se destacar:

- Políticas sociais: combate à pobreza através mecanismos de apoio social que incluam a atribuição de subsídios, de bolsas de estudo, de incentivos fiscais, a institucionalização da merenda escolar; a distribuição de equipamentos e ferramentas de trabalho; a concessão de empréstimos a jovens empreendedores; a revalorização da autoridade tradicional local que deve ser encarada como parceira na governação local;

- Políticas educativas: promoção do ensino bilingue e de uma educação intermulticultural; contextualização do currículo nacional; realização da educação para os direitos humanos e para a igualdade; garantia de formação profissional e tecnológica; asseguramento da educação comunitária através de agentes de desenvolvimento local (educadores sociais, animadores sociocomunitários); formação de professores na perspectiva intermulticultural.

- Políticas culturais: valorização da cultura local e consideração nos processos educativos; investigação e divulgação das tradições culturais; promoção nacional das manifestações culturais regionais e locais (escultura, pintura, dança, literatura, artesanato, tradições).

- Políticas de promoção da mulher: garantia de serviços básicos de saúde que incluam a saúde reprodutiva e o planeamento familiar; promoção da educação para a saúde e para a igualdade; o apoio aos processos de organização social das mulheres (associações);



## Conclusão

A conjugação dos factores acima referidos penaliza a educação das raparigas em meio rural, uma vez que estas são forçadas a abandonar precocemente a escola porque, na sequência dos ritos de iniciação, elas tem de se preparar para o casamento e a maternidade. Assim sendo, a mulher rural tem reduzidas oportunidades de participação e intervenção social, deixando-se aos homens a prerrogativa de decidir os destinos da comunidade. Reserva-se-lhe apenas o espaço doméstico onde é “rainha”. Depreende-se que as mulheres no meio rural vêm cerceada a sua condição de cidadãs e sua vida restringe-se ao contexto doméstico, invisível e penoso.

A prevalência dos valores tradicionais no meio rural diminui a mulher enquanto actor social, considerando-a ser subordinado, pelo que a sua dignidade depende da sua condição de “casada”. A força da tradição aprisiona-a, o que dificulta o processo da sua emancipação social. Esta situação arrasta-se porque as políticas sociais de promoção da mulher não chegam aos meios rurais por ausência de acções e escassez de agentes comunitários. Além disso, a pobreza torna-se mais penalizadora para as mulheres a que se soma a iliteracia e a sua condição de submissas.

Em contexto rural, as desigualdades sociais acentuam-se em função do género, por acção de factores culturais enraizados, reforçados por ausência ou défice de intervenção educativa no meio rural (educação comunitária). A manutenção dos ritos de passagem constitui factor de aumento da desigualdade das mulheres no acesso à escola e na participação na vida social pois reforçam a condição de subalternidade da mulher.

A mulher no meio rural goza de uma “cidadania mitigada” pois, por razões culturais, são-lhe limitadas as oportunidades de participação na esfera pública comunitária. Estamos perante uma violação dos seus direitos de cidadania, culturalmente justificada, pelo que a emancipação da mulher rumo à cidadania passa pela erradicação dos preconceitos sociais, do “sexismo” cultural e pela educação comunitária.

O Estado tem obrigação moral de, em nome da igualdade e da cidadania democrática, desenvolver acções de promoção social da mulher rural para que ela não viva carregando o peso da inferioridade. Em nome da dignificação da mulher, justifica-se uma estratégia educativa que articule e concilie os valores e processos educativos inerentes à educação oficial e à educação tradicional.

## Bibliografia

- ALTUNA, Raul (1985). *Cultura Tradicional Bantu*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano da Pastoral.
- BA, Amadou Hampâté (1972). *Aspects de la Civilization Africaine*. Paris: Présence Africaine.
- BHABHA, Hommi K. (1998). *O Lugar da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CABRAL, Amílcar (1999). *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- ESTERMANN, Carlos (1960). *Etnografia do Sudoeste de Angola. Grupo Nhaneca-Humbe*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- GRAMSCI, António (1996). *Cahiers de Prison*. Paris: Gallimard.
- LÉVI-STRUSS, Claude (1985). *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MASANDI, Pierre Kita (2004). *Education Traditionnelle*. Curso de História da Educação na África. São Paulo: Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.
- MELO, Rosa (2001). *Efuko. Ritual de Iniciação Feminina entre os Handa (Angola)*. Lisboa: ISCTE. (Tese de doutoramento, policopiada).
- MELO, Rosa (2005). *De Menina a Mulher: Iniciação Feminina entre os Handa no Sul da Angola*. Lisboa: Ela por Ela.
- MORGAN, Gareth (1996). *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.

## Documentos

- MED (2001) Programa Nacional do Género 2001-2005. Luanda.
- MED (2001). Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015. Luanda.
- MED (2004). Plano de Educação para Todos. Luanda.
- Ministério da Família e Promoção da Mulher (2005). Plano de Acção para o Biénio 2005-2006. Luanda.
- MED (2005). Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar 2006-2015. Luanda.
- MED (2008). Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008). Luanda.
- Governo de Angola e PNUD (2005). Angola - Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005. Luanda.
- PNUD (2008). Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008. Lisboa. IPAD.